

Folkcomunicação, grupos marginalizados e realidade social brasileira no século XX: Um debate inicial sobre a abrangência política do pensamento de Luiz Beltrão

Folkcomunicación, los grupos marginados y la realidad social brasileña en el siglo XX: un primer debate sobre el alcance político de lo pensamiento de Luiz Beltrão

Folkcommunication, Marginalized Groups and Brazilian Social Reality in the XX Century: An Initial Debate on the Political Scope of the Thought of Luiz Beltrão

Lawrenberg Advíncula da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat
lawrenberg@unemat.br

Fecha de recepción: 31 de octubre de 2016

Fecha de recepción evaluador: 20 de noviembre de 2016

Fecha de recepción corrección: 25 de noviembre de 2016

Resumo

Ao explorar a dimensão histórica da publicação do livro *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*, de Luiz Beltrão (1980), o escopo de análise do texto privilegia o lugar da teoria beltraniana na História Social do Brasil da segunda metade do século XX, a partir do diálogo com referências dos Estudos Culturais e da Antropologia tupiniquim. O objetivo é evidenciar as intermitências da narrativa política brasileira a partir do conceito de grupos marginalizados de Beltrão. Trata-se de um debate inicial, cuja a finalidade a posteriori é avançar em forma de pesquisa etnográfica, no curso de Jornalismo da pequena cidade de Alto Araguaia, interior de Mato Grosso.

Palavras-chave: Folkcomunicação; Estudos Culturais; Antropologia Brasileira; Grupos marginalizados; Realidade Social Brasileira; Alto Araguaia.

Resumen

Mediante la exploración de la dimensión histórica de la publicación del libro de Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados, Luiz Beltrão (1980), el texto del alcance del análisis se centra en el lugar de la teoría beltraniana en Brasil Historia social de la segunda mitad del siglo XX, desde el diálogo con las referencias de los estudios culturales y la antropología tupiniquim. El objetivo es poner de relieve las narrativas destellos de la política brasileña del concepto de grupos marginados Beltrao. Este es un debate inicial, cuya finalidad es avanzar a posteriori en forma de investigación etnográfica en curso de Periodismo de la pequeña ciudad de Alto Araguaia, Mato Grosso en el interior.

Palabras clave: Folkcomunicación; Estudios culturales; Antropología brasileña; Los grupos marginados; La realidad social brasileña; Alto Araguaia.

Abstract

By exploring the historical dimension of the publication of book Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados, Luiz Beltrão (1980), the scope of analysis of this work focuses on the place of beltraniana theory in Social History of Brazil of the second half of the twentieth century, from dialogue with references of Cultural Studies and Anthropology tupiniquim. The goal is to highlight the narrative flashes of Brazilian politics from the concept of marginalized groups Beltrão. This is an initial debate, whose purpose is to advance a posteriori in the form of ethnographic research in Journalism course the small town of Alto Araguaia, Mato Grosso inside.

Keywords: Folkcommunication; Cultural Studies; Brazilian Anthropology; Marginalized Groups; Brazilian Social Reality; Alto Araguaia.

Ponderações iniciais... a comunicação dos marginalizados de Beltrão e o campo acadêmico I

...a história é em grande parte um jogo de esconde-esconde que mobiliza e embaralha esses dois elementos: os nomes, de um lado, e os processos históricos efetivos, no sentido do progresso ou da regressão – por que há regressões históricas, é bom não esquecer –, de outro.

(Ruy Fausto. Reconstruir a esquerda. Revista Piauí. Seção Tribuna Livre na Luta de classes. Ed. 121, outubro, 2016. p.45)

Quando Luiz Beltrão publicou a obra *Folkcomunicação*, a comunicação dos marginalizados, pela editora paulista Cortez, em 1980, a relação entre os Estudos da Cultura Popular brasileira e a tradição midiacêntrica na Pesquisa em Comunicação, apesar da própria trajetória da teoria folkcomunicacional desdizer, ainda se apresentava nova, ao passo de somente décadas depois, dado um esforço de articulação e cooperação científica do professor José Marques de Melo e da rede Folkcom, vir a ser uma questão premente para a formação profissional nos cursos de Comunicação Social em todo o país, em idos dos anos 90. Na época, fazendo um adendo: parece-me inegável afirmar que a censura ideológica cravada pelos governos militares se mostrou determinante para direcionar o escopo das discussões acerca dos processos midiáticos como interfaces da cultura para as sociologias norte-americanas e europeias, em detrimento de uma protocolar subestimação da História Social, da Antropologia cultural brasileira e da própria Folkcomunicação.

Os Estudos da Cultura Popular, cuja tradição histórica reacende a memória do Brasil colonial do século XVIII, brinda aos mais corajosos por uma fortuna crítica que abrange renomados antropólogos, folclorista e etnógrafos brasileiros. Enquanto, por outro lado, a tradição midiacêntrica da Pesquisa em Comunicação, em sua irrefreável metamorfose, jamais conseguiu negar uma herança positivista forânea, então modificada à luz das transformações de um mundo moderno marcado por uma acirrada disputa ideológica (o modelo socialista versus o modelo capitalista) e diversos dilemas ainda não superados dos processos anteriores de colonização.

De modo geral, o desafio para os folkcomunicadores sempre foi o de tecer uma costura porosa entre estas áreas do saber, a fim de denotar a relação de determinadas mediações culturais e (re) apropriações midiáticas com a reafirmação política de singularidades de grupos situados na margem da sociedade brasileira. E mais especificamente, numa paráfrase ao pensamento do sociólogo Gabriel Cohn (1986) no

livro Introdução sobre Max Weber, sustentar que o fazer ciência em folkcomunicação não pode constituir-se sem o domínio das categorias sociais.

No Brasil moderno, o amadurecimento do campo da Comunicação dentro deste viés de pensamento foi moroso, senão proporcional à velocidade da popularização dos principais meios de comunicação ante a população de baixa renda.

Até atingir ao postulado mais próximo do que Cohn sugeria, isto é, das práticas midiáticas reverberarem as práticas sociais, o estudo das Teorias da Comunicação acabou se balizando em 4 grandes paradigmas¹: 1) Como ciência formal, 2) Ciência Comportamental, 3) Ciência Crítica, 4) Ciência da Linguagem e 5) Ciência da Cultura.

Tendo em vista o paradigma da cultura, isto é, um sistema de conhecimento baseado na tese de que os assuntos de Comunicação interessam também os estudiosos em Cultura e vice-versa, não por acaso, é possível afirmar que a prevalência de matrizes ideológicas forâneas nos currículos de um percentual significativo de faculdades de Comunicação, na década de 1980, acentuaria não somente a disparidade entre uma noção mais hegemônica e cosmopolita dos processos comunicativos para com suas versões mais artesanais nos mais distantes rincões da América do Sul, mas apontaria também o tamanho do ônus para se atingir uma institucionalização de pensamento comunicacional legitimamente brasileiro, então mais engajado e comprometido com os aspectos problemáticos da História Social do Brasil.

Em outras palavras, o que estava (e está) em jogo nas “décadas de chumbo” residia na possibilidade de uma teoria da Comunicação falar dos problemas socioculturais do Brasil e mais especificamente das camadas iletradas e de baixa renda da população, isto é, a valorização da teoria da folkcomunicação, neste caso; ao invés de somente reproduzir retóricas e mais retóricas de um universo corporativo de trabalho: muitas vezes pragmático, mas essencialmente hegemônico, tecnocapitalista. O que, Luiz Beltrão, muito antes do seu doutoramento em 1965 pela UNB, já era adepto. Basta recorrermos ao estudo inicial do pesquisador pernambucano acerca do ex-voto, quando o mesmo buscava um território fértil para a experimentação de novas teorias e metodologias na Comunicação, em face da constituição histórica dos envolvidos no processo.

A comunicação dos marginalizados de Beltrão e o campo social II

Para além dos muros acadêmicos, vale lembrar que o contexto social e político em torno da publicação do livro Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados, não era dos melhores. Afinal de contas, neste período estávamos sob a vigência de uma censura terrível (ditadura civil-militar: 1964-85) e de uma crise econômica bastante

aguda, com inflação de mais de 100% e descontrolo da dívida externa. Naquela época, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, último presidente do regime militar (1979-85), tinha tomado algumas medidas para a abertura política do país, em um momento histórico na qual a bipolaridade geopolítica entre o bloco socialista (União Soviética, Coreia do Norte, Cuba) e o capitalista (Estados Unidos, Inglaterra, França), correntes ideológicas que marcaram a Guerra Fria, tinha perdido força para a assunção de uma percepção de mundo multipolar, mas não menos imperialista. Quase em todo o Brasil havia protestos e greves, sendo que mais enfaticamente nas universidades das regiões Sudeste e Sul e nos sindicatos da região do ABC, em São Paulo.

Por conta do crescimento urbano desordenado das últimas décadas, caracterizado pela transição acelerada de milhares de famílias do campo para a zona urbana (êxodo rural), senão dizendo, uma modernização disjuntiva, as contradições históricas de classes sociais (Casa-Grande e Senzala, colonizador e colonizado) ficaram cada vez mais insinuantes, evidenciando uma desestruturação de mercado de trabalho que, além de prescrever o aumento das relações profissionais informais (subempregos e redução de salários) como condição “tática” de renda para uma imensa maioria de brasileiros, atenuaria e institucionalizaria determinados preconceitos étnicos e sociolinguísticos já cristalizados no cotidiano – vide: que todo negro é vagabundo, que índio é preguiçoso, que empregada doméstica não é profissão para brancos, que gente do interior fala errado, etc. Junto a isso, havia: o aumento do déficit histórico de letramento no país, com índices de alfabetização em 75% e um percentual agudo de analfabetismo entre os idosos com mais de 65 anos (53,80%) e residentes na zona rural (75,70%); e o fato do acesso ao ensino superior constituir ainda um privilégio da classe média alta, uma vez que no início de 1980 registrava-se não mais de 1.350.000 universitários matriculados ante uma população brasileira de 120 milhões de habitantes (IBGE).

Deve-se registrar, também, que uma parte da imprensa brasileira, com destaque a TV Globo, ao ignorar as mobilizações que aconteceram nas principais capitais de todo o país e defender a política econômica do governo de Figueiredo de maneira oportunista, locupletou-se de contratos publicitários junto a iniciativa pública, tornando-se um dos maiores grupos de Comunicação do mundo, ao lado da Televisa do México, da CNN dos Estados Unidos e da BBC do Reino Unido. Segundo o jornalista e cientista político Bernardo Kucinski (1987)², como uma regra de sobrevivência no jogo das concessões de tele e radiodifusão, não se noticiava perseguições, torturas ou qualquer crime que colocasse em dúvida a idoneidade do projeto militar. O jornalismo tupiniquim, em linhas gerais, se resumia ao noticiário econômico, nas falas carrancudas do ministro Delfim Neto, e no policaiesco, enquanto consequências da censura de imprensa que vitimou dezenas de profissionais da comunicação, dentre eles, o jornalista Vladimir Herzog. Havia pouca pluralidade de canais de informação, prevalecendo e se

consolidando os grupos de Comunicação gerenciadas pelas oligarquias dominantes (Marinho, Civitta, Syrotski, Magalhães). Enquanto o cinema, grosso modo, apostava no gênero das pornochanchadas como uma via de popularização, já que, naquele período, qualquer produção audiovisual passava por um crivo ideológico do Governo antes de ser lançada, veiculada, disseminada. Em outras palavras, na relação entre os meios de comunicação e a opinião pública havia se forjado um “simulacro de realidade brasileira”. Termo este que, grosso modo, tende a designar o hiato existente entre o Estado, as promessas do capitalismo informacional do século XX e as classes abastardas de políticas públicas no Brasil, mas que também revela a falibilidade do discurso de integração nacional, tão fortemente alardeado por Assis Chateaubriand, através da chegada e difusão da televisão em 1950.

Como resposta política marginal ao cenário turbulento vivido pelo país, este livro de Beltrão, assim como indiretamente os seus anteriores (Iniciação à Filosofia do Jornalismo, 1960 - Teoria e Prática do Jornalismo, 1963), reforçava a atenção sobre as camadas trabalhadoras da população brasileira que, sem acesso aos meios de comunicação de massa e capital cultural, conseguiam se comunicar. Mas, ao mesmo tempo, permitia-nos estender o caleidoscópio adentre a biografia de um Brasil caracterizado, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995, 26. ed.), pela cordialidade e pela impessoalidade dos seus cidadãos, mas que, na realidade, conforme dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apresenta-se como um dos mais violentos do mundo – com um índice de homicídio de 29 para cada grupo de 100 mil habitantes. Trata-se de um paradoxo ideológico, que no fundo esboça o que muitos estudiosos definem de bovarismo, isto é, um incorrigível desencanto em face das condições reais. O mesmo desencanto que, para as historiadoras Lilia Schwarz e Heloisa Starling, autoras do livro *Brasil: Uma biografia* (2015), tende a escancarar uma espécie de esquizofrenia entre uma versão fabulada de pseudonacionalismo e uma real e marcada de recusa, quando elas utilizam a expressão “O Brasil fica bem perto daqui”.

Diante do exposto, podemos classificar a contribuição acadêmica de Beltrão a partir da “comunicação dos marginalizados” como uma refinada crítica às relações de poder, ideologia e dominação do Brasil, tendo por escopo o empoderamento político-cultural das classes mais abastardas, em distintas geografias, escolarização e formação empírica. Trazendo no bojo dos Sistemas Industriais de Comunicação, a observação desnuda a recepção, a intermediação e a sua decodificação em diversos estratos da população, a partir de estratégias que traduzem o erudito e o industrial em coloquial, popular e acessível. Assim, nesta perspectiva, Beltrão chegou a distinção de três grupos marginalizados: rurais, urbanos e culturais. E cada um, compreendido dentro de uma situação específica de inconformismo à uma realidade imposta, e pela capacidade de forjamento de canais alternativos de mediação simbólica, “que funcionam como

mecanismos de preservação da sua autonomia dentro da avalanche descarregadora gerada pelo capitalismo monopolista” (Beltrão, 1980, p. X).

Dentro dos estudos de folkcomunicação, estes grupos de Beltrão compõem o que se denomina de audiência folk e, à luz do Pensamento Social Brasileiro, estas suas definições confundem-se com a memória histórica da caracterização do sentido político da mestiçagem no país, em especial, no período aristocrático, entre os séculos XVI e XIX. Tal como, recorrendo ao Modernismo brasileiro, cabe afirmar que esta tipificação social proposta por Beltrão esquadrinha diferentes perfis étnicos, linguísticos, religiosos e ideológicos do ser brasileiro, com o rigor de um inventário político para as próximas gerações. Isto, pois, assim como muitas culturas nascem, desenvolvem e morrem, muitos destes perfis irão desaparecer um dia.

Numa paráfrase ao pensamento do folclorista Edson Carneiro (apud Fernandes & Melo, 2013), ousou associar este potencial subversivo de determinadas camadas da população brasileira, principalmente aquelas mais desfavorecidas da narrativa política, ao caráter dinâmico das manifestações folclóricas, na medida em que elas, ao serem expostas à interferência externa do mundo, desenvolvem a capacidade de readaptação.

Grupos Marginalizados no Brasil (1980-2016): a abrangência e atualidade do pensamento de Luiz Beltrão

Segundo a Psicologia Social no Brasil, a conotação marginal e a palavra marginalizados podem também suscitar o debate para outros temas como invisibilidade pública e discriminação social e cultural. Basta recorrermos aos trabalhos do psicólogo Fernando Braga da Costa (USP) sobre invisibilidade e humilhação, para perceber que a percepção de Beltrão sobre a sociedade brasileira dialoga com as mais variadas áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais. No caso do trabalho do psicólogo, o mesmo se traveste de gari para relatar o sentimento de exclusão experimentado, todos os dias, por estes profissionais.

A invisibilidade pública é pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: *A humilhação social e a reificação*. De modo que a humilhação é expressa da desigualdade política indicando a exclusão intersubjetiva da classe dos mais pobres. Já o fenômeno de reificação configura como o processo pela qual, na sociedade industrial, o valor vem a apresentar-se a consciência dos homens como valor de troca, a contar primeiramente como mercadoria (Costa, 2004, pp. 63-64).

Por quase toda a produção bibliográfica de Beltrão, este sentido de exclusão social anda atrelado a um sentimento de contestação à ordem vigente, captando na crítica neomarxista o tom reflexivo necessário para o entendimento das relações entre cultura e as hierarquias sociais. Sendo mais específico: diria que as suas proposições insinuam não somente a oposição histórica entre favorecidos e desfavorecidos, e os

aspectos que sublinham esta desigualdade socioeconômica e fazem do Brasil um grande latifúndio consignado, como também situam o povo brasileiro diante das grandes revoluções ideológicas da modernidade, desde o indianismo, então subjuzido pelo binômio da Antropologia primitiva do Bom e o mau selvagem, ao pós-modernismo, com sua ruptura epistêmica com as promessas da modernidade Ocidental.

Nota-se, no esforço notório de Beltrão em entender a sociedade industrial brasileira, em especial, em sua obra da década de 1980, um encantamento do autor ao indivíduo simplório, mas proativo, cuja autonomia de espírito se faz manifestada a habilidade de contestar, negar e driblar uma lógica imposta, dominante, ou mesmo uma condição indigente. Como se, refletindo pela obra de Terry Eagleton (2003, p.15), deduzisse que por de trás do conceito de grupo marginalizado de Beltrão encontrássemos a própria potência da “ideia de cultura” ao longo dos séculos, uma vez que esta significa uma dupla recusa: a do determinismo orgânico, isto é, a negação da dimensão biológica; e a constante sublimação do espírito, o que justifica a habilidade destes indivíduos situados na margem da sociedade de estarem sempre se readaptando e reconectando na marcha desenvolvimentista da história.

Quando Beltrão (1980, p.39) define os grupos marginalizados como “um indivíduo à margem de duas culturas e de duas sociedades que nunca se interpenetraram e fundiram totalmente”, apresenta-nos, numa releitura da tradição britânica dos estudos da cultura, dois desdobramentos bastantes distintos do sentido da palavra cultura.

O primeiro deles ligado à acepção das artes (Cultura), a partir da distinção da palavra cultura, na maioria das vezes, influenciada pela rixa histórica entre intelectuais franceses e alemães. Os intelectuais franceses, ao defender o conceito de civilização, viam a cultura em um sentido descritivo, normativo. Enquanto os intelectuais alemães atribuíam uma áurea religiosa, artística.

O segundo deles ligado a uma condição de civilidade, o que, a partir da teoria evolucionista de Tylor e Morgan (apud Laplantine, 2003), associa cultura ao grau de sofisticação da vida social. Neste caso, esta acepção fica nítida na oposição “duas sociedades que nunca se interpenetraram”. Evidentemente que nesta conceituação o Estado e suas políticas de identidade desempenham uma precípua intervenção nas relações constitutivas das práticas culturais e na própria regulação das instituições culturais (escolas, museus, institutos, galerias, universidades, bibliotecas).

Ambos os sentidos, atualizados e, muitas vezes, integrados aos desígnios fundacionais das sociedades industriais de comunicação, colocam as práticas culturais, em sua cotidianidade, representatividade e funcionalidade social, numa acirrada arena de disputa, porventura, orientada tanto pela estética persuasiva da Publicidade e do Cinema, quanto, principalmente, pelas leis do mercado de entretenimento. Assim, a

condição de margem é muito mais que uma descrição antropológica do homem comum brasileiro nas sociedades comunicacionais, mas sim, um retrato do perfil de sua interlocução política no reforço e defesa de sua identidade local, coletiva, diante da oposição entre uma Cultura Universal, hegemônica, com uma cultura específica, comunitária.

Se considerarmos a análise da linguagem dos grupos marginalizados que Beltrão (1980, p.70) faz, a partir da perspectiva semiótica de Barthes, em que coloca o folclore como discurso, podemos denotar a reprodução social destas práticas culturais a partir de uma sintaxe das multidões ditas rudes que, além de absorver códigos e vocábulos resultados da interação cotidiana dos mais variados grupos humanos da população brasileira (trabalhadores informais, prostitutas, subletrados, idosos, etc), amplia o nosso leque de observação para o campo de manifestação da chamada comunicação intercultural. Na medida em que se reconhece a materialidade física e simbólica do meio (re)significado pela linguagem e, depois, sua relação com o indivíduo. Dois exemplos emblemáticos disso, na qual se identifica tanto potencial comunicativo quanto intercultural, estão: nos alimentos comercializados nas feiras populares e nas fantasias utilizadas nas festas religiosas.

Outra questão precípua é que a teoria de Beltrão acaba dialogando com o discurso estatístico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sobretudo, no conceito de grupos urbanos e rurais marginalizados, quando se constata, em números e gráficos, de que a sociedade brasileira realmente passou por uma severa transformação em relação ao perfil de ocupação. Para se ter uma ideia, em 1950, ano da chegada da televisão no país, segundo o IBGE, 63,8% das famílias brasileiras residiam no campo, enquanto na década de 1980 o percentual era de 32,3% da população do total. Ou seja: uma inversão drástica de estrutura social que não destaca somente a celeridade da urbanização e industrialização no país, mas, como foi visto nas outras transições desenvolvimentistas, sugere novos nichos de exclusão, ao considerar que, por exemplo, do êxodo rural (migração do campo para a cidade) irrompe-se problemas relacionados à: obsolescência da mão-de-obra não especializada e fragilidade do Estado na oferta de políticas públicas de modo a contemplar as demandas dos fluxos humanos emergentes.

O contraste destes números da realidade social brasileira tende, em certa medida, a reiterar a inclinação ideológica e política da proposição de Beltrão (1980, p.39), quando ele define que os grupos rurais marginalizados eram formados por indivíduos “desassistidos ou precariamente contatados pelas instituições propulsoras da evolução social e, em consequência, alheios às metas de desenvolvimento perseguidas pelas classes dirigentes do país”. Nesta definição, abarca-se os indivíduos subletrados, senão analfabetos funcionais, cujo vocabulário simplório redundava as características das comunicações interpessoais, mas, ao mesmo tempo, levam em seus relatos de “causos”

e contos uma valiosa arqueologia oral, quer das relações de familiaridade, quer da autenticidade do próprio conhecimento inter-geracional, isto é, aquele transmitido de pai para filho, de uma geração para outra.

Em outra definição, a de grupos urbanos marginalizados, Beltrão (Op. Cit.) chama a atenção para a relação entre mercado de trabalho informal, habitação, mobilidade urbana e escolarização. Temas que afetam diretamente as principais cidades latino-americanas, dentre as quais, merecem destaque: a Cidade do México, hoje com mais de 22 milhões de habitantes; São Paulo com mais mais de 400 mil residências situadas em favelas; Salvador com taxa de desemprego em 21,3% (SEADE/DIESE, 2016); enquanto Maceió por possuir taxa de analfabetismo em 11,32% (IBGE). Segundo o autor (1980, p. 55), os grupos urbanos marginalizados são compreendidos por indivíduos de baixo poder aquisitivo, com rendimento igual ou inferior a um salário mínimo, geralmente em empregos ou subempregos que não exige mão-de-obra especializada, dentre as quais: construção civil, estiva, limpeza, oficina de reparos, trabalhos domésticos, ambulantes, prostitutas, proxenetas, foragidos da justiça. E a sua ocupação se concentra em favelas, construções populares de baixo ou nenhum custo em áreas periféricas dos centros urbanos.

Do ponto de vista da Antropologia urbana brasileira, este conceito de grupos urbanos marginalizados de Beltrão supõe pensar a crítica à formação urbana brasileira para além da linha fronteira (e invisível) entre a cidade oficial e a clandestina, bem como entre o sentido social e físico de periferia. Aprofundando mais: diria que indiretamente Beltrão consegue contemplar as novas ramificações sociais das favelas e subúrbios dos anos 90 e 2000, então caracterizadas como sistemas sociais complexos, cujas relações de poder, de dominação e de reafirmação cultural tendem a ocupar as brechas deixadas pela ineficiência do Estado, da cidade formal.

Segundo Darcy Ribeiro (1995, pp. 200-208), um dos maiores expoentes do pensamento social brasileiro do século XX, o que se observa nestes conglomerados subalternos é um processo de deterioração urbana, quando da “normatização” do tático, da gambiarra, evidencia-se a negação ao sentido de cidade, de Estado, enfim, de cidadania. A partir destas estruturas paralelas, o crime organizado adquire guarita e a condição de benfeitor. No filme *Tropa de Elite* (José Padilha, 2007), esta complexa engenharia social parece ser desnudada na medida em que o narcotráfico das favelas do Rio de Janeiro, numa relação de compadrio com as lideranças comunitárias, exercia a influência política tanto entre os moradores locais quanto com algumas autoridades. Do mesmo modo, o longa brasileiro evidencia o quanto as relações de status de poder na favela podem ser facilmente deflagradas, alteradas, ao calor das intervenções do Estado formal, mas, sobretudo, sob a gradiente dos interesses envolvidos nas guerras internas entre traficantes e milícias (policiais corruptos).

Por fim, o último grupo marginalizado são os culturais. De acordo com Beltrão (1980, p.103), estes são subdivididos em: a) messiânicos, b) político-ativistas e c) erótico-pornográfico. Nestas óticas, o que se discute são perfis distintos de protagonismos ideológicos, de atitudes contestadoras a uma ideia dominante ou práticas generalizadas.

Ao longo da história social recente do Brasil, nomes como de Antônio Conselheiro, da negra Maria Quitéria (1792-1853) na Bahia, de Tiradentes da Inconfidência Mineira, de Anita Garibaldi (1821-1849) da revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, de Doninha do Tanque Novo (Poconé, Mato Grosso), do padre Cícero no Ceará, de Dom Pedro Casaldáliga no Araguaia mato-grossense: figuraram como lideranças carismáticas, cuja inclinação política rompia com as estruturas de poder estabelecidas. Muitos deles nunca frequentaram salas de escola, mas, não obstante, conseguiam ser porta-vozes do povo. A maioria detinha uma enorme habilidade de traduzir mensagens, algumas oficiais e acadêmicas, em tom popular e com a entonação suficiente para serem ouvido de um canto da esquina ao outro da avenida.

Eram intelectuais da rua, do campo, cujos saberes informais trazem à tona um conceito do italiano Antônio Gramsci, intelectual orgânico. Nele, o Gramsci (1968, p.7) afirma que todo trabalho humano, mesmo no mais mecânico e degradado, “existe um mínimo de atividade intelectual”. Trata-se de uma perspectiva mais abrangente de intelectualismo que, de acordo com a antropóloga Luitgard Oliveira (apud Melo & Fernandes, 2013, p. 29), faz-se notar nos artistas populares sob a denominação de intelectuais orgânicos das baixas camadas sociais do campo, pois: “representam, são suas vozes, impregnam-se de suas concepções de mundo, organizam-nos na instância da superestrutura, conduzindo-os culturalmente através de sal prodigiosa intuição intelectual, nos caminhos de sua conscientização”.

No Brasil atual de 2016, sob instabilidade política e econômica desde as chamadas “Jornadas de Junho³”, em 2013, a presença destes grupos culturalmente marginalizados está cada vez mais presente nas mobilizações e ocupações de escolas e universidades. Nesses grupos, situados na condição de intermediadores/intercessores entre as esferas de poder constituídas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o cidadão comum, vem emergindo lideranças cada vez mais jovens, que se apropriam das redes sociais da internet como canais de expressão de ideias. A maioria deles geralmente se manifesta contra alguma medida autoritária, um fato de grande repercussão política ou social, e de interesse público; e a cada manifestação é possível observar uma ressonância simbólica que, por sua vez, não só seduz mais seguidores, como tende a interferir e abalar o sentido de identidade política de muitos cidadãos. Alguns são considerados subcelebridades, enquanto outros atuam no anonimato de páginas fictícias

no Facebook, mas, nem por isso, menos persuasivas do que as páginas de vídeos dos youtubers mais conhecidos.

Recentemente, um vídeo no Youtube de uma jovem estudante do Paraná do ensino secundarista, chamada Ana Júlia Ribeiro, da escola estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, de Curitiba, em um pronunciamento efusivo no púlpito da Assembleia Legislativa de seu estado contra o impacto da Proposta de Ementa Constitucional 55 (antiga PEC 241 e conhecida como a PEC do fim do mundo por preconizar o congelamento de investimentos em áreas importantes do serviço público) e a Medida Provisória 746/2016 (de reforma do ensino médio), gerou comoção nacional, ao passo de constranger autoridades políticas ali presentes no dia e se sagrar, de forma espontânea e involuntária, na heroína não somente de estudantes daquele estado, mas de boa parte dos movimentos grevistas em atividade por todo o país. Entretanto, o político-ativismo de Ana Júlia, de 16 anos de idade, na ocupação de uma escola estadual do Paraná, ainda constitui um ato isolado frente a uma onda reacionária, conservadora, cada vez mais expressiva no anonimato da internet. O fato de haver resistência tanto da estudante quanto de seus colegas na ocupação da escola, e esta exercer um impacto na mídia e perante outros segmentos, sobretudo, se considerarmos que atualmente – e lamentavelmente – há mais escolas vazias do que ocupadas (1.050 escolas, 28/10/2016), constitui um ativismo midiático e deve ser enquadrado no que Beltrão aponta como movimento político-ativista de grupos culturalmente marginalizados.

Outro exemplo, só que em se tratando de uma atitude contestatória mais performática em relação a um padrão de beleza instituído, o que constitui o ativismo erótico-pornográfico de Beltrão (1980, p.104), pode ser registrado no estado de Mato Grosso, mais exatamente na pequena cidade de Alto Araguaia (17 mil habitantes), quando um grupo de 11 estudantes negras e afrodescendentes, denominado Cacheadas e Cabelo Afro de Alto Araguaia-MT, decide realizar uma série de encontros em lugares públicos como o parque municipal e a praça, com ensaios fotográficos e rodas de bate-papo e conscientização. O objetivo é combater determinados estigmas em relação à beleza da mulher negra e a própria condição da mulher contemporânea, que se fazem cristalizados muitas vezes de forma quase invisível no cotidiano. Trata-se de movimento de viés feminista e direcionado para questões de identidade de gênero que, embora tendesse a ocupar relevante espaço dentro da segunda geração dos Estudos Culturais britânicos em nomes como Butler, ou na própria literatura da escritora e feminista francesa Simone Beauvoir, ainda fosse pouco aprofundado no pensamento beltraniano. O que, não por acaso, durante a última Conferência Brasileira de Folkcomunicação (10 a 12, junho, 2015), realizada na cidade de Cuiabá (capital de Mato Grosso), pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), suscitaria debates calorosos, e, a priori, quase todos convergidos na limitação teórica da(s) teoria(s)

folkcomunicacional(is) em relação à pesquisa contemporânea de gênero e à agenda dos grupos feministas no Brasil.

Considerações parciais

Para concluir o texto, primeiramente: é preciso dizer que as aproximações e comparações traçadas ao longo do texto ainda constitui um ponto de partida para futuros trabalhos, principalmente porque a abordagem se insinua vasta bibliograficamente e muito arriscada metodologicamente para se encerrar por aqui.

Segundo: novamente, olhando para o Brasil atual, subsumido político e economicamente por uma geopolítica imperialista, de tendência conservadora, é provável que a abrangência e atualidade do pensamento beltraniano encontrem terreno fértil de pesquisa nas dialéticas do cotidiano local do brasileiro comum, sobretudo, em sua relação com os canais de informação e as formas de manifestações ideológicas, políticas. O mesmo brasileiro que, não obstante, considerado analfabeto funcional segundo uma pesquisa da PNAD (92%, 2015), dedica boa parte do seu dia à interação nas redes sociais da internet (Facebook, Instagram, Whatsapp, Snapchat). Mostrando, por sua vez, que o caminho é o contato e o diálogo direto com os indivíduos que compõe o que pode ser considerado o lado extremo dos processos e sistemas hegemônicos de informação, comunicação e sociabilidade, ao invés das multidões mais cultas e eruditas.

Terceiro: não descarto o apontamento que sob estas manifestações populares destes grupos marginalizados residam o sentido de comunitário em sua reapresentação mais autêntica, genuína, espontânea. Ao mesmo tempo, o reconhecimento do potencial comunicativo destas manifestações possibilita valorar processos artesanais e horizontais como alternativas a superar a condição quase onipresente dos meios tradicionais de Comunicação e a condição quase ausente do sentido de cidadania para as mais diferentes camadas sociais da população.

Enfim: a abrangência do pensamento beltraniano no entendimento dos problemas atuais do Brasil pressupõe a atemporalidade não somente da obra Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados, mas de boa parte das teses defendidas pelo autor, assim, superestimando a pertinência dos textos em folkcomunicação na formação acadêmica em Comunicação e outras áreas afins. Do mesmo modo, esta pertinência me parece útil a fim de se traçar novas linhas de pensamento para a práxis jornalística dos dias atuais, em especial, quando se considerado um certo pragmatismo, para não dizer outra expressão, da velha mídia do Brasil (leia-se: revistas Istoé e Veja, jornal Folha de S. Paulo e Rede Globo de Televisão) em enxergar determinadas singularidades interculturais para além da reprodução da reprodução de generalidades (generalizações).

Referências

- Beltrão, L. (1980). *Folkcomunicação: A comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez.
- Beltrão, L. (2001). *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Beltrão, L. (2004). *Folkcomunicação: teoria e metodologia*. São Bernardo do Campo: Umesp.
- Bosi, E. (1977). *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Cohn, G. (1986). Introdução sobre Max Weber. In: Cohn, G. (org.). *Max Weber*. 3. ed. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 13).
- Costa, F. B. (2004). *Homens Invisíveis: Relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.
- Eagleton, T. (2005). *A ideia de cultura*. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP.
- Gramsci, A. (1968). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Kucinski, B. (1987). *A ditadura da dívida*, São Paulo: Brasiliense.
- Laplantine, F. (2003). *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense.
- Melo, J. M., Fernandes, G. M. (Orgs.). (2013). *Metamorfose da folkcomunicação: antologia brasileira*. São Paulo: Editae Cultural.
- Rede Folkcom. Site: www.redefolkcom.org.br.
- Revista Comunicações & Problemas. V.1, n. 1. Março: Recife, 1965.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Swarcz, L. M.; Starling, H. M (2015). *Brasil: uma biografia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras.

Notas

¹ Vale salientar: para a maioria destes paradigmas o perfil da literatura científica que prevalecia ainda valorizava mais contribuições de pesquisadores dos Estados Unidos e Europa do que propriamente do país. Isto, propiciou um hiato entre as teorias da Comunicação e a História Política do Brasil. Assim como, sub-repticiamente, levaria a transdisciplinaridade do próprio campo da Comunicação para com outras áreas do conhecimento a se tornar um sério problema epistemológico, em especial, em sua interface com a Linguística e as Ciências Humanas.

Tais divergências epistemológicas revelavam-se nítidas, por exemplo, nos embates velados entre os seguidores do funcionalismo norte-americano da Mass Communication Research em relação aos teóricos críticos formados pela escola frankfurtiana, em especial, os seguidores de Adorno, Marcuse e Horkheimer. Evidentemente que, em se tratando da produção científica, as divergências são sempre salutares, só que, no caso da história recente do campo da Comunicação no Brasil, implicou mais em retrocessos e intermitências, do que realmente ganhos para a sua consolidação enquanto Ciência, segundo um paradigma da Cultura.

Com o passar dos anos, os ruídos destas questões epistemológicas foram se avolumando e manifestando em forma de inventários e mais inventários técnicos, cuja consistência terminológica dos verbetes e conceitos pareciam relacionar paralelamente aos dilemas éticos e reais do cotidiano dos jornalistas ou publicitários brasileiros, e repercutirem ainda muito mais distante para a realidade cotidiana dos espectadores, ouvintes e leitores.

² Kucinski, B. (1987). *A ditadura da dívida*, São Paulo: Brasiliense.

³ Realizadas na véspera da Copa das Confederações no Brasil, as Jornadas de Junho irromperam, inicialmente, na cidade de São Paulo, como um protesto encabeçado pelo Movimento do Passe Livre que tinha como principal reivindicação o não aumento da tarifa do transporte coletivo em 20 centavos. Só que o movimento influenciou outras mobilizações em todo país, com temas diferentes nas reivindicações e uma resistência a qualquer associação com siglas partidárias.